

ENCURRALADOS DA USINA HIDRELÉTRICA DE IRAPÉ: LUGARES DE VIDA ESVAZIADOS NO ESPAÇO RURAL DE ARARAS

Gilmar Ribeiro dos Santos¹
*Professor do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Social - Unimontes*
gilrds@uol.com.br

Célia Lopes Azevedo²
*Estudante de doutorado do Programa de Pós graduação
em Desenvolvimento Social na Universidade Estadual de
Montes Claros - Unimontes*
celia.lopes@ifnmg.edu.br

Vitória Dreide Xavier Araújo Silva³
*Estudante de doutorado do Programa de Pós graduação
em Desenvolvimento Social na Universidade Estadual de
Montes Claros - Unimontes*
dreidevitoria@gmail.com

Paula Margarita Andrea Cares Bustamante⁴
*Doutora em Desenvolvimento Social do Programa de Pós
graduação em Desenvolvimento Social na Universidade
Estadual de Montes Claros – Unimontes*
paula.bustamante@unimontes.br

Resumo: Este artigo objetiva analisar as frições decorrentes da implantação da hidrelétrica de Irapé em MG, as violações dos Direitos Humanos das população atingidas que tiveram que sair de seus lugares de vida/origem do Vale do Rio Jequitinhonha, para um espaço denominado reassentamento rural de Araras, norte de MG. O estudo, de cunho qualitativo, fundamentou-se na pesquisa participante, os dados submetidos a análise do discurso. Os resultados da pesquisa evidenciam que desde as primeiras notícias de Irapé, as comunidades perderam o sossego, experimentando dor, sofrimento e pressões para aceitar as indenizações financeiras. Na implementação dos reassentamentos ficou latente o descaso planejado, conforme (Scott, 2009), evidenciando que algumas providências sob as responsabilidades da empreendedora fossem postergadas ao máximo, num contexto de violência administrada, que desarticula os movimentos de resistência, levando as famílias a aceitarem soluções injustas e insuficientes, numa situação de encurralamento.

Palavras-chave: Sofrimento, Lugares de Vida, Remoções Compulsórias

CORNERED BY THE IRAPÉ HYDROELECTRIC POWER PLANT: EMPTY LIVING PLACES IN THE RURAL AREA OF ARARAS

Abstract: This article aims to analyze the frictions arising from the construction of the Irapé hydroelectric plant in Minas Gerais, including the human rights violations of the affected populations who were forced to leave their homes/origins in the Jequitinhonha

River Valley for a rural resettlement area in Araras, northern Minas Gerais. The qualitative study was based on participatory research, with the data subjected to discourse analysis. The research results show that from the first news of Irapé, the communities lost their peace, experiencing pain, suffering, and pressure to accept financial compensation. During the implementation of the resettlements, planned neglect became evident, as described in (Scott, 2009). This demonstrates that some measures under the developer's responsibility were postponed as long as possible, in a context of administered violence that dismantles resistance movements, leading families to accept unfair and insufficient solutions, thus leaving them trapped.

Keywords: Suffering, Places of Life, Compulsory Removals

Introdução

As experiências capitalistas das últimas décadas, forjaram um arranjo tático de mudança espacial das plantas produtivas, em nome de uma maior rentabilidade e pela redução dos custos de produção. Os países subdesenvolvidos foram, inseridos ao sistema, pela utilidade em servir a esse novo modelo. Todavia, via aceitação em suportar negócios indústrias que exigem o uso intensivo dos recursos naturais, degradação ambiental e consequentemente ônus sociais, muitas dessas áreas são lugares de vida/origem de populações com baixa capacidade de articulação nos enfrentamentos a esses projetos, vulneráveis do ponto de vista econômico, o que impossibilita o deslocamento das zonas em disputas, locais de violações de direitos, violências físicas, pressões psicológicas, ameaças, torturas.

O processo de industrialização do Brasil fez surgir grandes empreendimentos hidrelétricos, aproveitando os recursos hídricos existentes, para viabilizar o suprimento energético das indústrias de base, com a finalidade de exportar produtos semiacabados: alumínio, aço, etc.

Assim, modos de vida são desestruturados acarretando a perda do referencial simbólico, da base material de existência, supressões de paisagens. Este artigo é fruto de uma pesquisa qualitativa, documental e de um estudo de caso, com pesquisa de campo, que debruçou-se sobre as alterações no modo de vida das pessoas reassentadas na fazenda Araras, em Francisco Sá, MG em decorrência da construção da UHE de Irapé, no Rio Jequitinhonha, norte de MG.

O presente artigo objetiva levantar algumas reflexões a partir das vivências e percepções das famílias reassentadas no espaço denominado reassentamento de Araras. Pretende-se abordar aspectos relacionados ao processo de expropriação, sofrimento e dor das famílias compelidas a deixar seus lugares de vida/origem.

Fundamentação teórica

A tecnologia administrativa gestada pelo empreendedor para reparação de perdas das famílias expropriadas, se materializa por meio de indenizações ou troca de suas terras/lugares de vida por outras terras avaliadas, pelos empreendedores, similares às originais, dispositivo que se efetiva em reparação via reassentamentos coletivos.

Refazer a vida em um reassentamento é algo complexo e sofrido, um lugar novo, sem lastros: memoriais, simbólicos, identitário, pertença e históricos. Espaços vazios, que exigem um enorme esforço de reelaboração e reinvenção de significados que possam servir de ressignificações positivas, para ajudar na continuidade no modo de viver e forjar um novo futuro. Além da ruptura dos laços de vizinhança e parentesco, muitas vezes a baixa qualidade das novas terras e a escassez de recursos hídricos dificultam e em muitos casos, impedem o reestabelecimento do modo de produção

original, impossibilitando a manutenção da sobrevivência dessas famílias, situação que encurrala o modo de vida para situações de sofrimento e dor.

Em que pese a articulação promovida por entidades como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), os embates travados entre a população atingida pelas UHE e os empreendedores, resultam quase sempre na prevalência da visão dos donos dos empreendimentos sobre as comunidades afetadas, na expropriação de seus lugares de vida/origem.

A construção de Hidrelétricas e a Administração de violências socioambientais

Segundo (Zhoury; Oliveira, 2005), a política desenvolvimentista do Brasil contou com investimentos em empreendimentos de geração de energia, sob a forma de parcerias com empresas dos ramos de atividades intensivas no uso de energia elétrica e exportadoras de produtos semielaborados como: Novelis do Brasil, anteriormente denominada Alcan (canadense), Billiton Metais (Reino Unido), etc. Os países centrais do capitalismo descentralizam suas plantas industriais, tendo como alvo específico as regiões periféricas e marginalizadas que passaram a suportar os efeitos colaterais da “re-localização” das plantas industriais.

Os megaempreendimentos surgiram com discursos ideológicos, dispositivo de convencimento de sua imprescindibilidade. Além disso, disseminaram promessas de desenvolvimento para as regiões de sua implantação, cuja função é de suavizar ou escamotear os impactos negativos, das perdas ambientais, sociais e os conflitos advindos da mudança impositiva pelo enchimento do lago, como ocorre nos casos de empreendimentos hidrelétricos, invisibilizando o sofrimento e a dor das populações afetadas.

No contexto desses grandes empreendimentos, localizamos as UHEs cujo *modus operandi* de práticas tradicionais, na liberação das áreas necessárias ao projeto. A expropriação das terras de origem, é um dispositivo administrativo, e legalizado que assumiu uma nova face categorizada como desapropriação mediante indenização, sendo estabelecidos prazos para que os viventes desocupem as áreas projetadas para o empreendimento. Em que pese, muitos não possuem o título das terras, não dispendo, do direito legal. Excluindo e desobrigando muitas indenização.

Por fazer parte desse contexto, o projeto a UHE de Irapé pôs em prática a estratégia de divulgação do empreendimento como uma solução para os povos de toda a região do Jequitinhonha, chegando como algo transformador do Vale do Jequitinhonha, no sentido de retirar a região da estagnação e da miserabilidade, rótulos muito bem trabalhados ao longo de décadas no sentido de criar uma “necessidade” desenvolvimentista e salvacionista. Além disso, viabilizaria suprimento de energia elétrica, tão necessário ao enfrentamento de um possível desequilíbrio de disponibilidade de energia, evitando apagões como os que ocorreram no início dos anos de 2000.

A intervenção no espaço físico e social na região do rio Jequitinhonha acarretou alterações na vida das populações dessa região, principalmente das famílias que foram compelidas a sair de seus lugares de vida/origem, deixando para trás tudo que o lugar representava de reprodução de suas vidas, especialmente como constructo simbólico, identitário e memorial formadores de um estilo de vida próprio de populações ribeirinhas, agricultores, pescadores, garimpeiros, pequenos produtores, vazanteiros, entre outros. Esses povos foram classificados administrativamente numa lógica simplista e homogeneizante, na categoria administrativa de reassentados. Tal engenharia produz efeitos de ofuscamento e/ou minimização de diversidade e multiplicidade de formas de viver, características das famílias que viviam imbricadas em referenciais de reciprocidade e de solidariedade, somados a uma íntima relação com o ambiente natural que se define para além de uma fonte de recurso e de sobrevivência. Interdependência

que situa a natureza do lugar de origem como fonte original de uma relação imaterial de muita importância na vida desses povos.

O sofrimento social ao qual foram submetidos, por não terem o poder de escolha, o de ficar em seus lugares de vida/origem em função do “desenvolvimento” ou de Irapé. Resultado da atuação de forças avassaladoras quem têm o condão de alterar rigorosamente as práticas humanas, num processo verticalizado e violento, causador de injustiça, de diversos e profundos prejuízos (Victora; Sarti, 2014).

A esse respeito, (Magalhães, 2007) no diz que o sofrimento social decorrente do constructo desenvolvimentista humano, como no caso de um empreendimento hidrelétrico, deveria ter reflexão análoga ao que ocorre em casos de desastres ambientais naturais. Com isso, as pessoas atingidas passariam a ser consideradas refugiadas ambientais, o que talvez poderia ensejar uma mudança na percepção comumente aceita como sendo algo naturalizado, tolerável e inexorável, a retirada de pessoas de seus lugares de vida/origem para o atendimento das intervenções e demandas desenvolvimentistas.

Em Irapé, o sofrimento social originou-se do uso de forças desproporcionais do poder institucional, econômico e político por parte do Estado e da CEMIG, que engendraram ações implicaram na subalternidade das populações mais vulneráveis, de modo que não restasse alternativa, a não ser a partida.

Assim, a consolidação da barragem impôs aos viventes da área atingida a partida, o abandono compulsório de seus lugares de vida/origem. Para (Zhouri et al, 2016, p.38) o conceito de sofrimento social “permite evidenciar que as aflições vividas por determinados grupos sociais não são resultantes exclusivamente de contingências, infortúnios e acasos, mas consistem em experiências ativamente produzidas e distribuídas no interior da ordem social”. Assevera (Ribeiro, 1993) que o Vale do Jequitinhonha, região mais impactada pela UHE de Irapé, estigmatizada por autoridades e políticos mineiros de “Vale da Miséria”, teve seu território disputado por décadas, por ações políticas de cunho messiânico, por isso justificava-se trazer empreendimentos de grande porte, geradores de vários impactos socioambientais de maior magnitude, com a retórica de “salvar” a população da condição de pobreza.

As desigualdades sociais produzidas pelos empreendimentos instalados no “Vale”, evidenciam que não houve melhoria na vida das pessoas.

Controvérsia encarada no fato de que ao contrário do progresso, tão propagado pelo empreendimento hidrelétrico, então como explicar que, ainda nos dias atuais muitos agricultores continuam sem energia elétrica? a resposta a essa discrepância pode ser elucidada pelo fim último do propósito de Irapé, uma vez que a energia produzida nos Vales do Jequitinhonha, está direcionada ao atendimento dos centros industriais, por meio da distribuição do Sistema Nacional Integrado (SNI), favorecendo os consumidores com maior poder econômico. Tal fato evidencia o descolamento entre o discurso do “bem comum” que foi utilizado para justificar as perdas sofridas, pelos agricultores, expulsos de seus lugares de vida/origem e o “desenvolvimento” para o “Vale”.

Verifica-se que inexistiu a participação efetiva dos atingidos no processo decisório de construção do empreendimento da UHE de Irapé, a participação ficou na prática resguardada ao momento de opinar sobre a “aceitação” do novo local, nos casos de deslocamento compulsório e na “concordância” quanto aos valores oferecidos em pagamento pelas terras e benfeitorias. A participação administrada dos atingidos funcionou como mecanismo de mitigação de conflitos e de desarticulação de ações reivindicatórias, produzia-se assim uma sensação de que havia ampla e ativa participação dos envolvidos e que suas opiniões seriam levadas em consideração. Sobre isso (Zhouri; Laschefski; e Pereira, 2005, p. 12) observam: “essa política de gestão utiliza-se, inclusive, de diversas técnicas e estratégias que visam atender à premissa de ‘participação’, essa última compreendida e empreendida, na maioria das vezes, apenas como uma oitiva da sociedade”.

Sobre os conflitos oriundos da construção da UHE de Irapé, é importante observar que as incursões iniciais da Cemig nas terras que seriam utilizadas se deram

sem qualquer diálogo prévio com as comunidades, que descobriram qual seria o interesse em jogo a partir do momento em que funcionários e contratados pela empreendedora andavam pela região, fazendo levantamentos e estudos topográficos. A partir disso, em 1990 formou-se o primeiro movimento organizado dos municípios envolvidos cujo encontro ocorreu em Cristália -MG, para exigir esclarecimentos por parte da Cemig, acerca da presença de funcionários ou prepostos a serviço da Companhia nas terras da região.

Segundo (Costa, 2018), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Comissão Pastoral da Terra, Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG) e Centro de Assessoria aos Membros Populares do Vale do Jequitinhonha (Campo-Vale) tiveram marcante participação no processo de enfrentamento, nos conflitos decorrentes do empreendimento de Irapé. O Campo Vale, por exemplo, em 1992, fez pesquisas que subsidiaram a Comissão de Atingidos pela Barragem de Irapé, com informações e dados relevantes nas decisões quanto aos pleitos junto à Cemig e ao Governo do Estado, bem como interagiu com políticos e demais autoridades da região, para auxiliar na preservação de interesses das comunidades que seriam afetadas pelo empreendimento.

Assim, (Costa, 2018, p. 124) informa a respeito das articulações promovidas por instituições como FETAEMG e Campo-Vale para capitalizar apoio de representantes políticos para o pleito das comunidades atingidas pela barragem de Irapé. Todavia, na percepção das comunidades, a posição dos políticos era contrária aos seus interesses, ou seja a favor do empreendimento conforme relato abaixo:

As prefeituras e câmaras tinha telefone, mas não serviam para a gente. São nossos inimigos: a CEMIG e os políticos estão até hoje com Irapé. Nenhum político estava com a causa do povo (E2).

o que se percebe é que a partir da alteração no meio físico, alterou-se a vida das pessoas. Os referenciais dos lugares de vida/origem que promoviam dinâmicas de criação, reprodução da vida social, enraizamento, dinamismo, atualização, recriação, histórias, memórias e identidades foram sobrestados e homogeneizados. Toda essa complexidade do constructo desses povos teve que dar lugar a um esforço de reinvenção de novos laços sociais, de identidades, de pertença, em uma tentativa de costurar vínculos, simbologias e significados para transformar o novo espaço em um local que possibilite seguir com suas vidas. As perdas foram inúmeras, incalculáveis, mensuráveis e imensuráveis. De suas propriedades, das benfeitorias, ruptura de laços de vizinhança, amizade e parentesco. Restando apenas fragmentos de lembranças saudosistas de um tempo feliz, de fatura na colheita, de uma variedade de modos de reprodução da vida, do sossego do lugar, do rio que servia de lazer e diversas formas de sustento. A respeito desse tempo de fatura e alegria, podemos verificar nas narrativas que se seguem:

Mãe pescava muito no rio Jequitinhonha, criava porco, galinha. Ia de madrugada ainda escuro para o rio (...). A pesca era para o gasto do dia a dia, para comer. Esse negócio de comprar peixe ninguém lá comprava peixe não (...). Tinha sim muitos vizinhos que moravam na beira do rio, cerca de 100 a 150 metros do rio Jequitinhonha, mexendo com garimpo, roça tradicional, nas águas: milho e feijão. (L., entrevista concedida em 16/09/18)

[Sentimento no dia da mudança] (...) ô moça eu fiquei muito sem graça porque minha mãe ficou lá e na hora de sair, ela ainda chegou lá. Foi na vista dela, vichi foi doído viu. Ela reclamando que ia ficar sozinha. Foi um momento doloroso, nascida lá e os filhos também. (N., entrevista concedida em 16/09/18).

A ruptura dos laços de parentesco e vizinhança foi agravada pelo excessivo fracionamento dos vinte e quatro grupos originalmente definidos, fruto de um planejamento impreciso da fase inicial do projeto. Verifica-se que a solução dada pela Cemig, fracionando os grupos de forma coerente com suas questões administrativas, transferiu o ônus do seu mau planejamento para as famílias atingidas, as quais não restaram saída a não ser “aceitar” as condições da Cemig. Dessa forma, fica evidenciado que foi relegado a segundo plano a preservação da integridade das unidades sociais dos locais de origem. A aquisição de terras em municípios longínquos com características diferentes impôs sérias dificuldades na reestruturação dos modos de vida. (Zucarelli, 2006).

Os reassentados têm sofrido com o processo de adaptação ao novo espaço e de reconstrução do modo de vida original, que segundo eles “não tem sido tarefa fácil”. Em analogia com o antigo lugar, relataram não plantar em vazante pela inexistência do rio, nem há volume de água que permita agricultura irrigada. Atualmente se desdobram para viabilizar água para o uso doméstico e para a dessedentação animal, há combinação de caixa de recolhimento de água da chuva, tanques de terra e poço artesiano. O tanque de terra, nome dado pelos moradores, reflete a simplicidade, a precariedade e a dependência dos regimes de chuva. Como a seca tem sido mais prolongada, nos últimos anos, o uso desse tanque não tem sido possível.

A promessa de auxílio formulada pela Cemig que nomeia tal “técnica” de barraginha, não tem se efetivado. Os agricultores têm disputado a pouca água acumulada pelos tanques/caixas d’água que foram construídas para suprir os diversos usos, incluindo o uso doméstico com a dessedentação dos animais.

Reconstruir a vida longe do Rio Jequitinhonha tem sido o ponto que impõe maior sofrimento e diversas dificuldades para as famílias em Araras, aqui, denominada espaço de reassentamento de Araras. A dinâmica de vida dos reassentados em Araras, estava inteiramente imbricada com o rio

Eu morava perto do rio. Todo mundo pescava e garimpava, pegava diamante e até ouro. (...) os filhos nasceram todos lá, cresceram lá e sentem muita falta de banhar no rio, aqui faz calor demais. (N., entrevista concedida em 16/09/18).

(...) nós trabalhava dentro da água. Aqui não tem água. Lá não era assim, a gente trabalhava dentro d’água e água para a plantação vinha por gravidade (F., entrevista concedida em 16/09/18)

Em Araras percebe-se que as promessas da Cemig em relação à qualidade da saúde, transporte, recursos hídricos, etc. não se configuraram na prática, evidenciando um descaso planejado, submetendo as pessoas a uma violência administrada, pois não houve articulação adequada para que o município receptor, Francisco Sá, assumisse de fato as novas demandas dos novos municípios.

Conclusões

No que se refere à formação do reassentamento percebe-se que houve descaso planejado, nos termos de (Scott, 2009). Para o convencimento das famílias sobre as novas terras, houve promessa de que o novo espaço, Araras seria dotado de infraestrutura adequada para a continuidade dos modos de vida, produção e reprodução. Todavia, depois que as famílias celebraram o acordo, a Cemig deixou a desejar em muitos aspectos do compromisso assumido. O elemento básico para ensejar alguma possibilidade de recomeço, a água, o que não se efetivou, impondo dificuldades a prática da agricultura. Haja vista, que os reassentados eram pequenos agricultores que viviam próximos ao rio, plantando nas vazantes do rio, vivendo da pesca,

ou do garimpo, etc. Em Araras, residem 8 famílias das 24 que se propuseram a recomeçar suas vidas no reassentamento de Irapé. Esse esvaziamento, demonstra que muitas famílias não resistiram em conviver com as dificuldades na manutenção dos modos de reprodução de vida, no novo espaço, somado ao sofrimento e a dor de conviver com lembranças dos parentes e vizinhos. A comparação entre o antigo lugar de vida/origem e o atual espaço de Araras, faz emergir momentos de muitas saudades, assim eles resistem em um número muito pequeno em sobreviver longe do lugar que significava e que ainda significa tudo que são. Atualmente convivem com dificuldades impostas pelo simples fato de serem novos na região e de ainda não terem tecido laços sociais com o novo município ao qual estão vinculados geograficamente e politicamente, em Francisco Sá, situação de grande descontentamento que também acarreta sofrimento e dor. Diariamente precisam driblar os sentimentos de tristeza, de angústia, de frustração, etc. numa tentativa incessante de resignificar e reinventar novas formas de viver, existir e resistir em um espaço em que não conseguiram, ainda, transformar em um lugar de vida, tal como viviam antes da chegada da hidrelétrica de Irapé. Desde a vinda para o reassentamento de Araras as famílias resistem e persistem em resignificar suas vidas esforçando em compreender o contexto da inevitabilidade do que aconteceu com os seus lugares vida/origem e aos poucos vão se conformando com a categorização administrativa que hoje os classifica e os distingue dos demais na região, sob a simples etique de reassentados de Irapé, evidenciando que a supressão da paisagem e do modo de vida desses povos, culminou no encurralamento que emoldura um futuro jamais imaginado e planejado, não tiveram a opção de escolha em ficar. Um destino inevitável imposto pela força do “desenvolvimento” que promoveu alterações na vida desses povos, numa dinâmica que forja um futuro esvaziado de sentidos, um futuro que depende das lembranças do que viveram para resistir ao novo modo de vida.

Referências

COSTA, Pedro de Carvalho. **À Margem de Irapé: uma década de legados e consequências da barragem do Rio Jequitinhonha.** Dissertação (mestrado). Belo Horizonte: UFMG/Unimontes, 2018.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e dor: uma análise sócio antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens.** Tese de Doutorado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém: UFPA, 2007.

RIBEIRO, Ricardo. Campesinato: resistência e mudança – O caso dos atingidos por barragens do Vale do Jequitinhonha. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Belo Horizonte, MG: UFMG, 1993.

SCOTT, Parry. **Negociações e Resistências Persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado.** Recife: Editora UFPE, 2009.

VÍCTORA, Ceres.; SARTI, Cynthia. Revista Horizontes Antropológicos, Sofrimento e Violência, n°42, 2014.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. **Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: Conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos.** In: A insustentável leveza da política ambiental – Desenvolvimento e conflitos socioambientais. ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. B. (Org). Belo

Horizonte: Autêntica Editora, 2005, 288 p.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma; OLIVERIA, Raquel. *et al.* **O desastre da Samarco e a política das afetações**: classificações e ações que produzem o sofrimento social. Mariana/Artigos. 2016. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2016/09/v68n3a12.pdf>. Acesso em 20/12/2018

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. (Org.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental. Desenvolvimento e Conflitos Socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005, v. 1, p. 89 – 116.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **Estratégias de Viabilização Política da Usina de Irapé**: o (des)cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental das hidrelétricas. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG. 2006.